

As políticas públicas de preservação do patrimônio a partir dos Roteiros Nacionais de Imigração: O caso de Santa Catarina

Daniela Pistorello



Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História. IFCH, Unicamp. Campinas [São Paulo], Brasil.
<danipistorello@hotmail.com>.

CONPADRE'2010. Apresentado no 1º Seminário de Planejamento Regional [Conpadre n.03/2010], Conferência Internacional sobre Patrimônio e Desenvolvimento Regional. Campinas e Jaguariúna [Brasil], 2010.

Resumo

Este artigo tem como objetivo perceber como se pode pensar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro a partir dos Roteiros Nacionais de Imigração. Em síntese, o projeto Roteiros se constitui numa proposta nacional da primeira fase do reconhecimento e proteção do patrimônio dos imigrantes em Santa Catarina realizado através da parceria entre o IPHAN e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC). É resultado de um processo realizado em três momentos: o inventário do patrimônio cultural do imigrante no estado; a seleção dos seus bens materiais e imateriais e sua indicação para o tombamento ou registro em nível municipal, estadual e/ou federal; e a instituição de uma rota turística que abranja os caminhos nos quais os bens culturais inventariados estejam presentes, dotados de legislação de proteção específica, cujo atrativo seria marcado por referências culturais relacionadas à imigração de italianos, alemães, poloneses e ucranianos em Santa Catarina. O texto problematiza as relações entre memória e identidade; entre órgão federal e estadual de preservação; a patrimonialização dos bens culturais e sua apropriação pelo turismo. Por fim pondera a respeito da institucionalização dos Roteiros Nacionais de Imigração como forma de pensar a Paisagem Cultural do Estado de Santa Catarina e suas possibilidades de uso.

Palavras-Chave

Patrimônio, preservação, roteiros nacionais de imigração, identidade, turismo.

Public policy on heritage preservation from the National Immigration Itineraries: the case of Santa Catarina State.

Abstract

This article aims to perceive how it is possible to conceive of public politics of Brazilian cultural patrimony preservation from the National Routes of Immigration. In summary, the project is en route to a national proposal of the first stage of recognition and protection of the heritage of immigrants in the Santa Catarina conducted through a partnership between the Foundation and the Santa Catarina IPHAN Culture (FCC). It results from a process carried out in three stages: the inventory of cultural heritage of immigrants in state, the selection of its tangible and intangible assets and its indication for the registration or registration at the municipal, state and / or federal institution and a tourist route that covers the ways in which cultural goods inventory are present, provided with protection legislation specifies whose appeal would be marked by cultural references related to the immigration of Italians, Germans, Poles and Ukrainians in Santa Catarina. The text discusses the relationship between memory and identity; the relationships between the federal and state of preservation; patrimonialization of cultural property and its appropriation by tourism. Finally ponders the institutionalization of the National Immigration itineraries as a way of thinking about the Cultural Landscape of the State of Santa Catarina and its uses.

Keywords

Heritage, preservation, national immigration routes, identity, tourism.

O lugar do patrimônio imigrantista

O Projeto Roteiros Nacionais de Imigração é, sem dúvida, uma forma de pensar as relações entre memória e patrimônio cultural na contemporaneidade porque, entre outros aspectos lida com um tema caro à sociedade: a apropriação das identidades étnicas pelo turismo.

Não é raro visitar roteiros turísticos que comercializam identidades regionais étnicas sob a bandeira de “cidade mais alemã ou mais italiana” de determinado estado. Normalmente trata-se de regiões que, colonizadas em meados de século XIX, se dizem portadoras de uma herança colonial imigrantista. Expressões como “Sou alemão”, “Sou italiano”, são utilizadas como forma de legitimação e auto-afirmação dos descendentes ainda vivos destes pioneiros colonizadores.

No caso de Santa Catarina, os roteiros turísticos que começam a ser comercializados e que compõem o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, dizem respeito à valorização da cultura material e imaterial oriunda da corrente migratória que colonizou Santa Catarina no século XIX.

O governo brasileiro tinha inúmeros motivos para incentivar a vinda destes imigrantes, entre elas o “clareamento” e a construção do “brasileiro”, do “tipo nacional”, o que só seria possível através da miscigenação. Outro motivo era povoar áreas que até então não eram habitadas, pois tratava-se de territórios cobijados por nações vizinhas. Em Santa Catarina, os primeiros alemães foram fixados na região de São Pedro de Alcântara, na década de 1820, e a partir de 1850 povoaram a região do Vale do Itajaí e a região norte, onde foram fundadas várias colônias, entre elas Blumenau e Joinville.

É sob este ponto de vista que a colonização traduzida por uma diversidade étnica apontada como harmônica e consensual, difundida pela historiografia e caracterizada como “mosaico cultural”, serve de suporte para o turismo cultural e a sua comercialização. Ao tratar da cidade de Blumenau e sua comercialização como destino turístico através da Ocktoberfest, Maria Bernardete Ramos Flores, pondera que

“se não se podem descrever as cidades, que já não se pautam pelo modelo moderno, racional, integradas em suas conexões totalizantes, não mais feitas para morar, mas para olhar, não significa que não se possam abordar estas “ilhas turísticas” das cidades germânicas das quais estamos tratando. Projetadas como imagem, estetizadas para o consumo turístico, são objeto não só do baber do cientista social, mas e principalmente, em toda sua expressão, são olhadas, pensadas, concebidas, representadas, criadas, detalhadas, esquadrihadas, com seus contornos delineados, como um panorama daguerreótipo, sem franjas e sem fissuras.” (FLORES, 1997, p.67).

Valorizar o legado cultural destes imigrantes, na contemporaneidade, abriria espaço para “acertar as contas” com um passado que lhe foi negado, com uma memória que ficou recalcada e que agora, em meio à “liberdade contemporânea” pode ser trazida à tona. Ora, os portadores desta memória agora podem ser ouvidos; a

paisagem cultural agora pode ser valorizada. Assim, o estado pode, finalmente, reconhecer como “filhos da terra” os imigrantes que ocuparam o espaço e se ocuparam dele¹.

De certo modo, o Roteiro Nacional de Imigração trabalha numa perspectiva redentora. Por um lado, a história oficial, ao trabalhar na perspectiva do colonizador no Sul do país em meados do século XIX, ressaltava as dificuldades de se chegar à terra e trabalhá-la. A memória recorrente era a do imigrante como sinônimo de sofredor, o que endossava uma visão miserabilista do processo imigrantista. Por outro lado, a difusão da memória do imigrante ou descendente de imigrante europeu, sobretudo, do período das Grandes Guerras, esteve associada à repressão que sofreram por conta da instituição do poder nazi-fascista que apontava os núcleos coloniais como quistos étnicos, proibindo por exemplo, que se falasse a língua de origem (FALCÃO, 2000).

Benedict Anderson (2008) atenta para o fato de que as comunidades que migraram ao longo do tempo e ocuparam espaços diferentes daqueles de origem, inventaram uma forma de se relacionar com sua identidade. Ao mesmo tempo em que suas origens históricas se modificaram ao longo do tempo, elas

“dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional profunda. (...) No entanto, depois de criados estes produtos [culturais] se tornam ‘modulares’, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas.” (ANDERSON, 2008 p. 30).

Deste modo, Anderson define estes grupos como “comunidades imaginadas”. São imaginadas porque “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. (ANDERSON, p. 32). As comunidades imaginadas são ainda, segundo este autor, limitadas e soberanas, pois possuem fronteiras finitas ainda que elásticas e reconhecem a autonomia do Estado ao qual pertencem. O laço que une estes grupos é o que os identifica como uma comunidade, pois “independentemente da desigualdade e da exploração afetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal.” (ANDERSON, p. 34).

Se estes laços permitem uma identificação de grupo que pode ser externalizada através do legado cultural das cidades ou regiões, presentes através do patrimônio cultural, por outro lado, como perceber de que forma estas comunidades se reinventam? Como confrontar estes ícones com a dinâmica social na qual eles estão inseridos e perceber o próprio patrimônio como algo dinâmico? Qual o lugar destas comunidades que se imaginam portadoras de uma identidade italiana, alemã, polonesa, ucraniana em território brasileiro? O patrimônio cultural indicado para tombamento é representativo destas comunidades?

¹ Maria Bernardete Ramos Flores no livro *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*, discute a comercialização das cidades a partir da vertente étnica bem como a reinvenção da cidade urbana com finalidade turística.

De qualquer forma, a partir da compreensão de que a identidade étnica é uma questão importante, seja para o projeto catarinense, para a atividade turística ou para os habitantes da região em questão, o Estado passa a valorizar regiões que até então eram pouco visíveis à própria região e ao restante do Brasil.

Ao perceber que o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração no âmbito estadual possibilita discutir a construção de um patrimônio cultural de caráter eminentemente étnico vinculado ao estado de Santa Catarina e endossado pela Fundação Catarinense de Cultura, constata-se que esse projeto estabelece políticas de preservação que coloca a imigração como lugar de destaque na identificação do patrimônio cultural nacional.

A problematização do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração permite relacionar o discurso acerca dos lugares ocupados pelo legado cultural de origem imigrantista nas políticas de preservação dos bens patrimoniais, bem como discutir as interpretações históricas recorrentes sobre o Brasil e, em especial, Santa Catarina, que na historiografia regional é marcada como um “mosaico cultural”.

O papel do IPHAN e da FCC na instituição dos Roteiros Nacionais de Imigração

Várias iniciativas em nível nacional se preocuparam em dar visibilidade às inúmeras identidades, como no caso, o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, que as trata a partir de um aspecto específico: a questão étnica dos grupos sociais que deram origem ao processo de colonização das cidades e regiões do Brasil. O projeto pretende

“tornar conhecido, reconhecido e valorizado o patrimônio dos milhares de imigrantes que vieram para o Brasil a partir do Século XIX e transformaram definitivamente o arranjo social do país; viabilizar a sobrevivência para que as gerações futuras possam identificar-se através do curso da história; e abrir um canal para a reflexão sobre a composição da nação brasileira, suas peculiaridades, especificidades, misturas e diferenças, e, de alguma forma, participar do avanço da sociedade em busca de um mundo melhor e mais justo.” (IPHAN, 2008).

O projeto pensado para o Brasil é uma proposta global da primeira fase do reconhecimento e proteção do patrimônio dos imigrantes no País, realizado a partir da idéia de Paisagem Cultural, que consiste no “reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular”. (IPHAN, 2008). Há que se atentar para o fato de que o conceito de Paisagem Cultural² – presente nos textos e discursos de divulgação do projeto – é uma recorrência da fase mais recente do mesmo, pois implica a compreensão, por parte do IPHAN, de uma visão de

² Este conceito é utilizado pela UNESCO desde a Convenção de 1972. Disponível em: <http://portal.unesco.org/fr/ev.php-url_id=13055&url_do=do_topic&url_section=201.html>. Acesso em 23 de agosto de 2009. Neste trabalho de pesquisa o conceito de paisagem cultural é aquele compreendido como um processo cultural, definido por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, no texto *A paisagem como fato cultural*. “Pelas vinculações com os processos identitários e a construção imaginária da nação, a paisagem fatalmente viria a se incluir entre os componentes do patrimônio cultural” (MENESES, 2002).

patrimônio que pode ser percebida num contexto histórico que valoriza uma herança não exclusivamente marcada pela pedra e cal.

Além disso, o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração seria uma forma de potencializar, através do fomento do turismo sustentável, a proteção e a valorização do patrimônio cultural material e imaterial das regiões que tenham marcas significativas oriundas do seu processo de colonização, uma vez que está amparado na valorização da cultura local e regional em questão. Afinal, segundo o IPHAN,

“a descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos.”
(DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA, VOL. I, 2007, p.15).

Para tanto, o projeto se organiza a partir do inventário³ dos locais que tenham origem na colonização por imigrantes, a indicação de bens significativos para possíveis tombamentos e a sua posterior indicação como destino turístico, instituindo desta forma os chamados Roteiros Nacionais de Imigração.

Há registros de que a mais ou menos vinte anos existiam ações conjuntas entre estado e federação no sentido de reconhecer e inventariar o patrimônio cultural étnico catarinense⁴. Isso se concretizou a partir da parceria entre a 11ª Superintendência do IPHAN e a Fundação Catarinense de Cultura, quando houve o início do trabalho sistemático de preservação dos bens patrimoniais, a partir do inventário das manifestações culturais da colonização européia no estado.

A relação entre o órgão federal de preservação e sua representação no estado de Santa Catarina se construiu através de um processo que, se percebido numa perspectiva histórica, permite a compreensão da criação dos Roteiros Nacionais de Imigração e seu lançamento de forma pioneira no estado. As políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro se concentraram, por muitas décadas, no Nordeste e Sudeste do País. Apenas a partir da década de 1980 o patrimônio do Sul e de outras regiões brasileiras começa a ser reconhecido.

“Esta mudança de orientação se deveu principalmente ao reposicionamento ideológico-administrativo do órgão nacional de preservação, a partir de 1970, implementado por Aluísio Magalhães, diretor fundador do Centro Nacional de Referência Cultural e diretor da Fundação Nacional Pró-Memória, propondo uma atuação mais plural, voltada para a grande heterogeneidade sócio-cultural do país.” (ALTHOFF, 2008 p.13).

No que se refere a Santa Catarina, a proteção federal teve como marco inicial ações isoladas, como, no ano de 1938, o tombamento do sistema de fortificações da ilha de Santa Catarina: a Fortaleza de Santo Antônio; a de Santa Cruz de Anhatomirim; a

³ Os inventários são instrumentos que auxiliam no mapeamento bens patrimoniais. Pode-se dizer que é a peça chave que dá origem ao processo de tombamento. Apesar de nem todo processo de tombamento ser originário de inventário, este instrumento é importante porque evidencia os bens reconhecidos como relevantes para que componham os processos de tombamento. Parte deste inventário está presente na publicação do IPHAN sobre os Roteiros Nacionais de Imigração.

⁴ Segundo Simone Harger, diretora de patrimônio histórico cultural da Fundação Catarinense de Cultura, o ponto de partida do mapeamento da identidade cultural catarinense teve início no projeto denominado “Identities”. (entrevista realizada na Fundação Catarinense de Cultura, no dia 08 de fevereiro de 2010).

de Santana e a de São José da Ponta Grossa, em Florianópolis. Na década de 1950, também na Capital, foi tombada a Casa de Victor Meirelles e, em Laguna, Casa na Praça da Bandeira. Na década de 1960, o Cemitério Protestante e o Parque à Rua Marechal Deodoro, em Joinville e, em 1975, o prédio da Alfândega, em Florianópolis⁵.

Embora em 1983 Santa Catarina tenha passado a contar com o 1º escritório técnico do IPHAN - cujas prioridades eram a restauração das fortalezas e o início dos inventários de bens patrimoniais - é apenas em 1989 que o Estado passa a ser efetivamente assistido pelo IPHAN, pois deixa de estar subordinado à 10ª Diretoria Regional, com sede em Porto Alegre, e passa a contar com a criação da 12ª Diretoria Regional. Em 1990, recebe a denominação de 11ª Coordenação Regional, hoje denominada 11ª Superintendência Regional do IPHAN. É na tessitura dessa relação - no trabalho conjunto entre os órgãos de preservação federal e estadual - que o projeto Roteiros Nacionais de Imigração foi lançado em nível nacional, a partir do Estado de Santa Catarina.

“Desde a década de 1980 tem-se investido em pesquisas, inventários, levantamentos fotográficos, seminários e obras de restauro em imóveis da região de imigração, com o intuito de preservar uma parcela significativa deste patrimônio nacional.” (FOLDER DO IPHAN SOBRE OS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2008).

A trajetória que marcou os vinte anos de “gestação” do Projeto Roteiros de Imigração - que data da sua concepção ao seu lançamento oficial - é percebida de forma nada linear. De acordo com a documentação examinada preliminarmente,⁶ o processo que instituiu os Roteiros no Estado, é marcado por avanços e recuos; descontinuidades, aproximações e distanciamento entre as políticas públicas federais e estaduais de preservação, bem como a existência de uma multiplicidade de critérios no trabalho do que deve ou não ser inventariado como bens patrimoniais. O Projeto Roteiros Nacionais de Imigração teve como ponto de partida pesquisas com mais de 40 municípios⁷ que resultaram no inventário de aproximadamente 350 bens, alguns já notificados e outros em processo de notificação⁸.

Os municípios selecionados, considerados significativos do ponto de vista do processo migratório no Estado, se distribuem, em termos espaciais, nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste do Estado, no Sul do Estado e Norte do Estado e representam, a herança colonial alemã, italiana e polonesa respectivamente. Os Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina tratam de

“apresentar mais um dos inúmeros contextos culturais existentes no Brasil - esses riquíssimos mosaicos resultantes da interação de tradições vindas dos mais diversos rincões do planeta ao ambiente geográfico de nosso país continental.

⁵ Site da Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/>>. Acesso em 14 de agosto de 2009.

⁶ Atas de reunião, correspondências entre a 11SR-IPHAN e a FCC, jornais da época.

⁷ O Dossiê de Tombamento dos Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina, vol. I de 2007, aponta como rota turístico-cultural: Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Pomerode, Orleans, Nova Veneza, Rio dos Cedros, Rio do sul, São Bento do sul, Urussanga e Timbó.

⁸ O proprietário do bem recebe uma notificação de que ele é alvo de tombamento, para que ele eventualmente se manifeste / recorra. Todos os 65 processos em nível estadual que existem na Fundação Catarinense de Cultura já notificaram os proprietários dos bens; nenhum contou com o decreto de tombamento.

São verdadeiros tesouros vivos, repletos de especificidades materiais e imateriais, que testemunham as diversas formas de apropriação da natureza por homens e mulheres que aqui protagonizaram episódios singulares e que, por suas particularidades, são únicos na história da humanidade.” (ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO. VOLUME I. HISTÓRICO, ANÁLISE E MAPEAMENTO. 2007, p. 13).

Sob esse aspecto, os municípios mais estudados foram os que se originaram das antigas colônias: Colônia Blumenau: Blumenau, Pomerode, Timbó, Benedito Novo, Indaial, Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros; Colônia Dona Francisca: Joinville, Campo Alegre e São Bento do Sul; Colônia Brusque: Jaraguá do Sul, Brusque e Guabiruba; Colônia Lucena: Mafra e Itaiópolis; Colônia Azambuja: Urussanga, Nova Veneza, Pedras Grandes e Orleans⁹.

Percebe-se que, de forma geral, a política preservacionista defendida pelo IPHAN e por entidades estaduais, como por exemplo, a FCC – Fundação Catarinense de Cultura, centra suas ações em projetos que, como os Roteiros Nacionais de Imigração, se caracterizam pela identificação do patrimônio cultural com as questões étnicas.

Em nível nacional, há que se destacar a trajetória do órgão de preservação nacional - IPHAN - criado em 1936 e instituído em 1937¹⁰ – cuja atuação em relação a Santa Catarina ocorre desde a década de 1930 – num formato “ à distância”. Já, em nível estadual, a política preservacionista de Santa Catarina é gerida por São Paulo (de 1940 a 1970); e pelo Rio Grande do Sul (no final da década de 1970). A Fundação Catarinense de Cultura passa a atuar efetivamente no Estado apenas na década de 1980.

Isso demonstra a situação periférica do estado catarinense em relação às políticas de preservação de bens culturais nacionais e nos dá indícios para pensar o impacto que a instituição dos Roteiros Nacionais de Imigração causa no Estado. Resta saber, no entanto, em que medida a institucionalização dos Roteiros Nacionais de Imigração, no caso, os roteiros catarinenses, identifica o Estado com as questões de origem étnica, e a relação destes com a construção de uma identidade étnica catarinense a ser preservada.

Sem dúvida, os roteiros catarinenses não apenas marcam a “entrada de Pomerode na História” como possibilitam o endosso nacional e estadual de um campo de memórias até então desprestigiado pelas políticas públicas de Santa Catarina¹¹.

No Brasil, assim como em muitos países ocidentais, “o modelo de preservação adotado foi o francês, fundado nos princípios e valores da nacionalidade e capitaneado pelo Estado” (ATTHOFF, 2008, p. 51).

⁹ Idem.

¹⁰ RUBINO, Silvana. As fachadas da História: os antecedentes, a criação e o trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Campinas: Dissertação de Mestrado, 1991.

¹¹ Importante ressaltar que esta observação vale para a política pública do Estado, uma vez que nos municípios estão presentes tombamentos de bens patrimoniais de origem étnica anteriores à década de 1980, como por exemplo Blumenau e Joinville.

Embora o Estado tenha sido o ator principal na instituição da política patrimonial, instituições culturais, proprietários de bens protegidos pela legislação específica, empresários, políticos e comunidade em geral, participam daquilo que podemos chamar de "campo do patrimônio".

Por ser o possuidor de "recursos de poder", o Estado ocupa o papel central neste campo de poder e por ter o papel de planejar e implementar políticas culturais, exerce predomínio sobre os demais. Além disso, atua como moderador dos distintos interesses e lógicas que se constituem no campo e como tal, administra os conflitos, gerados pelas tensões e relações de força entre os demais atores que buscam concretizar suas ações.

"A mesma constituição que determina o que deve ser preservado, dá plenas garantias aos direitos individuais. O bem, apesar de ter preservada sua materialidade, em nome da memória e identidade, por ser possuidor de uma dimensão pública, é sujeito também aos direitos que sua dimensão privada confere ao seu proprietário." (ALTHOFF, 2007, p. 52).

Como o foco deste trabalho se constitui na ação pública para preservar o patrimônio material e imaterial presente nos Roteiros Nacionais de Imigração, é importante situar a discussão entre a tensão presente nas esferas públicas e privadas do que deve ou não ser preservado.

As primeiras políticas culturais, implementadas pelo Estado brasileiro, foram experimentadas nos anos 30, tendo como pano de fundo o clima nacionalista e patriótico do Estado Novo. Possuía como motor impulsionador as idealizações do Movimento Modernista representado, entre outros por Mário de Andrade e Lúcio Costa. É desse período o decreto-lei, o de 25/37 que vigora até o presente momento. (RUBINO, 1992).

Durante o período ditatorial, prepondera uma preocupação com o controle das atividades culturais, que traz como consequência a normatização da produção e distribuição dos produtos culturais. Na área do patrimônio, a política da "pedra e cal"¹² e do monumental continua valendo, pois o contexto da política cultural se constitui com base na nossa velha tradição nacional (ORTIZ, 1986 *apud* ALTHOFF, 2008, p. 54).

Na década de 1970, são produzidos dois documentos que se coadunam com as políticas de segurança e desenvolvimento¹³. Um no ano de 1973 e outro no ano de 1975 Segundo Gomes (1988) *apud* Althoff (2008), os dois documentos relevam a importância da preservação da identidade e da memória, como garantia de "preservação dos valores histórico-sociais e espirituais que conferem o caráter próprio ao homem brasileiro". Nesses documentos aparecem advertências aos riscos da perda da memória:

"O desaparecimento do acervo cultural acumulado ou a falta de interesse pela acumulação permanente da cultura representa um risco indiscutível para a

¹² Fase conhecida por esta expressão, em razão do privilégio que o Patrimônio Arquitetônico, notadamente colonial luso-brasileiro, recebeu nas políticas de preservação nacional.

¹³ Os documentos fazem parte da Política Nacional de Cultura – PNC.

preservação da personalidade brasileira e, por conseguinte, da segurança nacional.” (PNC, 1975 apud ALTHOFF, 2008).

Paralelamente estrutura-se uma nova vertente cultural, na ação estatal ligada à produção, circulação e consumo de cultura, que vem ladear a vertente patrimonial, já muito existente, aquela perseguida pelo Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC (FONSECA, 1997) criado por Aluísio Magalhães. Por um longo período percebe-se a presença de um discurso marcado por duas narrativas por meio das quais as políticas oficiais de patrimônio cultural do Estado brasileiro são culturalmente inventariadas.

“A primeira [narrativa], associada ao nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade e ao antigo SPHAN, foi hegemônica desde 1937 até segunda metade da década de 1970; a segunda [narrativa], está associada ao nome de Aluísio de Magalhães e ao processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural que, sob sua liderança, se desenvolveu desde os anos setenta.” (GONÇALVES, 1996, p. 37).

Estas posturas aparentemente antagônicas podem ser interpretadas como “efeitos de diferentes estratégias de autenticação da identidade nacional” (GONÇALVES, 1996, P.37) e, de certa forma, estão presentes nos debates atuais sobre preservação. Se compreendermos que a “autoridade cultural destes intelectuais” é adquirida na medida em que se fazem ouvir pela sociedade, pois estão “à frente da política oficial de patrimônio”, logo, são os responsáveis pela formulação da definição de identidade nacional. O fato é que a preservação¹⁴ do patrimônio cultural foi desde sempre tida como uma função pública (CHUVA, 1995).

Com a retomada do regime democrático, é criado o Ministério da Cultura. Em 1986 através da Lei Federal 7505/86 é criada a Lei de Incentivo à Cultura. No governo de Fernando Collor,

“muitos retrocessos se deram nos vários âmbitos da vida nacional. O Ministério da Cultura foi rebaixado ao nível de secretaria e as instituições responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio, SPHAN, FNPM, o Conselho Consultivo da SPHAN, foram extintos e criou-se no seu lugar, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, em 1986”. (ALTHOFF, 2008, p. 56).

O governo atual pauta sua política cultural numa “concepção mais ampliada de cultura”. Sua atuação institucional foca em três dimensões: enquanto *produção simbólica* (foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais); enquanto *direito e cidadania* (foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura); e enquanto *Economia* (foco na geração de empregos e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e regulação) (BRASIL / MINC, 2007).

Algumas ações relativas à área de patrimônio, são de grande importância, como exemplos o Programa de Patrimônio Imaterial¹⁵, e o Programa Monumental¹⁶, que abarca a criação do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, foco deste trabalho.

¹⁴ Neste caso falamos do conjunto de medidas de ordem jurídico-administrativa, técnica ou tecnológica com o objetivo de conservar e perenizar no tempo, um determinado bem cultural.

¹⁵ <www.iphan.org.br>.

A crítica mais atual desses tipos de intervenção, diz respeito a um fenômeno que vem ocorrendo mundialmente apoiado pelo capital internacional, a patrimonialização e estetização urbana, que tende a dar um caráter homogeneizador aos centros históricos, atendendo a expectativa e demandas do turismo internacional. “Dita coletiva, em nome das identidades culturais que ela parece catalisar, a memória administrada impõe-se como espelho das comunidades ideais” (JEUDY, 1990, p.24); ou ainda, como se refere Pollak (1992), “ a memória está para o indivíduo, assim como a representação do passado está para a coletividade, apesar de atualmente a gestão e a escolha do que preservar ainda não serem tarefas dessa coletividade, que se limita a ser a platéia do “teatro do social”. O autor critica ainda a forma como vem se dando a preservação cultural dos objetos e costumes no Ocidente, não sendo mais suficiente o monumento, mas os traços de um passado recente. Os “novos patrimônios”¹⁷, como ele se refere ao que não é o “monumento” historicamente consagrado, constituem atualmente a principal preocupação dos técnicos e gestores. As tensões presentes marcam, de um lado o que Françoise Choay (2001) chamou de “desestabilização da identidade”, pois as mudanças surgidas a partir da revolução técnica trouxeram impactos no campo da organização espacial; e de outro lado, a possibilidade de lidar com a preservação diante de uma identidade ameaçada. Configura-se o que se chama de “batalha de memórias”.

Por fim, a problematização do Projeto Roteiros Nacionais da Imigração, na sua versão catarinense, é, de certa forma, tê-lo como ponto de partida para desenvolver uma análise local, regional e global a respeito dos rumos das políticas públicas de preservação de bens culturais para o Brasil além de perceber seus impactos na sociedade contemporânea.

Patrimonialização e a atividade turística

Na tarde de agosto de 2007¹⁸, um morador de Pomerode, interior do estado de Santa Catarina, com o sorriso aberto, contemporizava “agora vamos entrar para a história”! Este episódio marca, de certa forma, o sentimento dos poucos moradores dos arredores do Sítio Tribess, pequena propriedade rural, localizada no norte catarinense, palco do lançamento oficial do Roteiros Nacionais de Imigração¹⁹, projeto que se insere no conjunto das ações de reconhecimento e valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira.

Provavelmente outros tantos participantes do evento se emocionaram quando o Hino Nacional foi executado pela soprano Meri Duwe e com a apresentação de

¹⁶ O programa tem como objetivo a recuperação sustentável do patrimônio histórico e artístico, a conscientização da população residente nos centros históricos, o estímulo à utilização cultural, social e econômica das áreas selecionadas. Está focado para os bens tombados pelo IPHAN. As intervenções devem focar a melhoria da acessibilidade e da atividade da área. O programa busca incentivar a economia local por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos.

¹⁷ Henri-Pierre Jeudy (2005) considera os “novos patrimônios” aqueles bens ligados à memória coletiva, à identidade de certos grupos sociais e suas práticas cotidianas, de natureza material e imaterial, com manifestações ainda vivas e vividas, algumas em vias de desaparecimento.

¹⁸ Assinatura dos termos de cooperação técnica entre Ministério da Cultura (MinC), Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), governo estadual e prefeitura municipal, visando promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração. Disponível em: <<http://www.brasilcultura.com.br/perdidos/santa-catarina-ganha-roteiro-de-imigracao>>. Acesso em 20 de agosto de 2009.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=64>>. Acesso em 18 de agosto de 2009.

danças e músicas típicas executadas por grupos folclóricos italiano, polonês e ucraniano; bem como ficaram orgulhosos quando os proprietários do sítio entregaram uma cesta com produtos artesanais ao ministro da cultura Gilberto Gil²⁰.

A preocupação em “entrar para a história”, conforme assinalou o personagem referido anteriormente, torna explícita uma angústia recorrente na sociedade contemporânea: ser esquecido! O esquecimento, como aponta Paul Ricoeur, opera em conjunto com a memória²¹. Portanto quando os órgãos de preservação incorporam esta preocupação e a tornam eixo central das suas políticas preservacionistas, trata-se de selecionar o que será preservado e não apenas de uma matemática simplista que exclui uma das variantes, lembrar ou esquecer, da complexa operação que é selecionar²². A este respeito Jeudy (2005), é bastante explícito

“não bastando mais ‘preservar ou salvaguardar’, mas ‘restituir, reabilitar ou reapropriar-se’ no sentido de viver novamente o tempo passado, agarrando-se a ele como se só daquela forma fosse possível viver, e com o agravante perigo da perda dos traços ainda atuais.” (JEUDY, 1990, p.2).

Se há quase dez anos, o patrimônio edificado era o foco quase exclusivo da preservação da existência da vida das pessoas ou de uma determinada comunidade a partir dos anos 2000 o patrimônio imaterial, então institucionalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, passou a ser portador legítimo da possibilidade de lembrar. O Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, permite o registro das manifestações também conhecidas como “patrimônio intangível”, constituído pelas manifestações culturais de toda ordem: os saberes, compreendidos como conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; as celebrações, que contemplam os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; as formas de expressão, compreendidas como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e os lugares, que atentam para os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

A partir da ampliação do sentido de patrimônio é que se torna possível o “alargamento das bordas da história” e a entrada consentida de grupos que reivindicavam identidades até então negadas, perdidas, esquecidas.

No dizer de muitos autores, como por exemplo Winter (2006), a discussão sobre patrimônio cultural está amplamente amparada nos debates acerca da memória – a coqueluche do século XXI – tornando o estudo e a discussão do passado temas recorrentes e presentes. O passado, as formas de acessá-lo ou ainda o papel do

²⁰ Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=60>>. Acesso em 18 de agosto de 2009.

²¹ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

²² Um exemplo da política do IPHAN que se caracteriza pela seleção dos traços culturais de algumas cidades de colonização italiana, citamos o caso de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, que contou com o tombamento em nível federal de 48 edificações – casarios coloniais – no ano de 1989. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=89>>. Acesso em 22 de agosto de 2009.

historiador neste processo, são temas importantes nos debates atuais ainda que não sejam objeto deste artigo²³.

Para fundamentar teoricamente o recorte selecionado neste artigo, as questões abordadas giram em torno dos debates contemporâneos sobre o tema proposto, e seguem basicamente em três direções: os debates sobre memória e patrimônio cultural e a premente necessidade da patrimonialização da cultura; as reflexões possíveis sobre o patrimônio cultural e as políticas de preservação que envolvem as questões étnicas e, finalmente a construção da identidade cultural e a comercialização da memória numa perspectiva turística.

*Memória e patrimônio cultural*²⁴: O trato com a memória tornou-se um campo de estudos multidisciplinar, o que justifica a diversidade da sua forma de apreensão. Individual²⁵ ou coletiva²⁶, o seu estudo se justifica por barrar um processo que é chamado na contemporaneidade de “amnésia coletiva”²⁷. Para além dessa forma dicotômica de tratar a memória, que marcou os debates nos anos 1960, a historiografia problematiza outras questões e propõe uma variada forma de análise da mesma.

As abordagens realizadas a partir do tema memória encontram terreno fecundo a partir da II Guerra Mundial. Esta abordagem em larga escala do conceito memória coincide com as novas discussões da historiografia apresentadas pela Escola dos Annales²⁸. É consenso na historiografia a afirmação de que Piere Nora²⁹ foi o responsável pelo tema ter se tornado a pauta das discussões contemporâneas. Ainda que alvo de muitas controvérsias³⁰, sua produção tornou-se clássica na historiografia sobre o tema e motivou outras publicações a partir do conceito “lugares de memória”, que pode ser compreendido como

“toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer.” (NORA, 1993, p. 16).

A partir dos anos 1980, no Brasil, são traduzidas obras que se constituem em referências teóricas que pontuam caminhos para a abordagem do tema e possibilitam, como aponta Winter (2006), o aumento pela sua demanda uma vez que

²³ No texto Como conhecemos o Passado, David Lowenthal discute uma tipologia da memória e aborda a importância dos fragmentos materiais, as relíquias, como forma de conhecer o passado.

²⁴ A historicidade do conceito patrimônio é apontada por Françoise Choay, na obra *A alegoria do patrimônio* (2006). O presente artigo utiliza como referência o entendimento de patrimônio cultural principalmente a partir das obras de José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) e Maria Cecília Londres Fonseca (1997). Importante também é o trabalho de João Batista Lanari Bo (2003), que ao desenvolver uma pesquisa sobre a UNESCO, busca mapear os sentidos do conceito presentes no órgão das Nações Unidas que se responsabiliza por assuntos relativos à educação, ciência e cultura.

²⁵ Henri Bergson. *Matéria e Memória*, 1896.

²⁶ Maurice Halbwachs. *Memória Coletiva*, 1990.

²⁷ Miriam Sepúlveda dos Santos. *Memória coletiva e teoria social*, 2003.

²⁸ Movimento historiográfico que surgiu em torno do periódico acadêmico francês *Revue des Annales*, a fim de incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Em geral, divide-se a trajetória da escola em três fases: primeira geração, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; segunda geração, dirigida por Fernand Braudel; e a terceira geração, vários pesquisadores tornaram-se diretores, entre eles Jacques Le Goff.

²⁹ Conforme entrevista realizada à Piere Nora por Ana Cláudia Fonseca Breffe (1999). Nora é um dos historiadores mais conhecidos na França, sobretudo depois da organização de obras coletivas como *Faire de L'Histoire* e, mais recentemente, *Les lieux de mémoire*. Destaca-se também como editor da respeitada editora francesa Gallimard.

³⁰ Como por exemplo Armelle Enders (1993), que coloca em xeque o conceito desenhado por Nora bem como sua contribuição nas ciências sociais; e Paul Ricoeur (2007), que retoma os principais temas da tradução brasileira e discute principalmente a relação entre história e memória.

os tempos atuais contam com um aumento da população letrada e culta que consome produtos culturais diversificados. Preocupar-se com a memória “passou a ser uma questão de tempo livre e disponibilidade financeira”(WINTER, 2006, p.78).

Michael Pollak (1992) aponta como uma das principais características da memória sua seletividade. Esta seleção depende em parte do que se vive no momento em que a mesma é estruturada. O fato da memória poder ser organizada “em função das preocupações pessoais e políticas do momento”, mostra que “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 4).

Segundo Sarlo (2007, p.9), o “passado é sempre conflituoso” e nem sempre o seu acesso é um momento libertador da lembrança, mas um advento, “uma captura do presente”. A possibilidade do passado ocorre por conta da construção de narrativas.

“Justamente porque o tempo passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um continuum significativo e interpretável do tempo, Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro.” (SARLO, 2007, p.12. grifo da autora).

Henry Rousso (2006) reforça o caráter processual do conceito e acrescenta:

“A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. É uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas do indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.” (ROUSSO, 2006. p.94).

O reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva está presente na perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Segundo Pollak (1989, p.4), “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas”. Isto marca uma possibilidade de se fazer história a partir dos atores sociais que não se encontram no centro da produção das memórias oficiais. Ao contrário, a abordagem privilegia a análise dos “excluídos”, das “minorias”, dos marginalizados dos processos históricos oficiais. Conta-se com a inclusão, na história, das memórias, chamadas por Pollak de “subterrâneas.”³¹

A metodologia de trabalho com a memória também sofre mudanças. A oralidade passa a ter espaço na medida em que o testemunho é a fonte por excelência desta dimensão. É imperativo que as vozes deste passado próximo sejam privilegiadas e o conceito de testemunho seja fundamental no processo, chegando a possuir, na sociedade contemporânea, uma aura de mistério:

“há uma espécie de toque de mãos em tais encontros. A pessoa que sofreu sabe de um mistério – o mistério do mal e o milagre da sobrevivência – e nós que escutamos podemos através dela penetrá-lo e compartilhar do milagre. Esse é um campo difícil de investigar, pois nele há um tipo de apropriação do sofrimento que traz consigo muitas questões morais” (WINTER, 2006, p. 73).

³¹ Idem.

Se, por um lado, esta forma de lidar com a história “democratiza” a sua produção, por outro lado, a memória entra em disputa e passa a ser reivindicada, negociada, num espaço que Pollak define como um verdadeiro “campo de batalha”!³² Há que se sinalizar, neste “campo de batalhas”, a função do esquecimento, ou daquilo que se silencia porque não é dito.

“As fronteiras destes silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Esta tipologia de discurso [...] é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal entendidos. [...] a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar.” (POLLAK, 1989, p. 8).

Na discussão de Pollak (1989, p.4), a referência ao passado serve para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade”, para definir seu lugar respectivo. Com o intuito de manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, Henry Rousso (citado por POOLAK, 1989, p.9), aponta a existência de um trabalho de enquadramento das memórias para a construção desta identidade de grupo. “Todo o trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”, afinal, o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. (POLAK, 1992, p.9).

É a problematização da relação entre memória e identidade que impulsiona as discussões contemporâneas a respeito do patrimônio cultural, uma vez que nos debates colocados até então, ficou evidente a possibilidade de a memória ser herdada.

“A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992, p.204).

Pensamos residir nesta possibilidade a grande importância para nossa abordagem do tema, já que a memória herdada se torna a principal causa da “estreita ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade”, chegando mesmo a afirmar Pollak que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (1992, p. 5).

Ora, se a idéia de identidade é representativa de uma memória, a concepção de preservação está diretamente ligada a essa relação.

A necessidade de preservação, neste contexto, pode ser também entendida como uma reação à progressiva perda das referências coletivas com raízes no passado, ocasionada pelo “processo de individualização” na medida em que esta rompe os

³² Michael Pollak ilustra esta questão utilizando o exemplo da desestalinização e das memórias referentes a Stalin na União Soviética.

elos que alimentam a memória coletiva, destruindo seus suportes materiais e imateriais (DECCA, 1992, p.31).

É em meio à “neurose social”, marcada pelo medo da perda iminente da memória, que a sociedade contemporânea associa cada vez mais o ato de preservar, seja em relação à memória individual, mas principalmente ligada à memória coletiva, à idéia de preservação do patrimônio cultural. O fato é que esse campo de estudos vem se transformando, nos últimos anos, em foco privilegiado de atenção (MENESES, 1999, p.11).

Uma explicação possível para a necessidade de “tudo preservar” na sociedade contemporânea, seria, na discussão de François Hartog (2006)³³, uma mudança significativa na relação da sociedade com seu tempo histórico. A valorização do patrimônio estaria incluída, desta forma, nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado de hoje, chocando-se e aproximando-se dela.

“Nesta acepção, o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao ‘dever’ da memória, com sua recente tradução pública, ao remorso, se teria acrescentado alguma coisa como ‘ardente obrigação’ do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração”. (HARTOG, 2006, p. 266).

Ainda, segundo o autor, o século XX foi o século que mais invocou o futuro assim como foi o século que, no seu final, mais atenção deu ao presente: “um presente já passado antes de ter completamente chegado” (2006, p. 270), ou seja, um presente inquieto obcecado com a memória.

“Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na aura do dever de memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo.” (HARTOG, 2006, p. 271).

Assim, a proliferação patrimonial é sintoma de um tempo de ruptura. Ruptura entre a idéia de presente e passado, em que “o sentimento vivido da aceleração acaba sendo uma forma de fazer experiência”, o patrimônio é um recurso para um tempo em crise marcado muito mais por rupturas do que continuidade ao longo do tempo (HARTOG, 2006, p. 272). É a partir dessa reflexão que o autor explica a diferença entre o crescimento patrimonial da contemporaneidade de outros tempos históricos: “a rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter presentista” (HARTOG, 2006, p. 273).

Pode-se compreender esta mudança na relação com o futuro a partir do que Meneses (1999) denunciou ser a crise na qual a memória se encontra. Numa perspectiva epistemológica, o que está em questão é a noção de passado e as

³³ No texto de Hartog estão presentes as referências a Koselleck (1923-2006), especificamente à obra *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Esse autor debruçou-se sobre as especificidades do “tempo histórico”, desenvolvendo as categorias: experiência e expectativa. Segundo ele, é a partir da tensão entre esses dois conceitos que surge o que chamamos de tempo histórico. Sua tese central é que a diminuição da distância entre a experiência vivida e o horizonte de expectativa provoca rupturas na relação que a sociedade constrói com o seu tempo histórico.

relações tecidas com ele e sua representação. “As mercadorias suprimem a memória de seu próprio processo”. (MENESES, 1999, p. 13).

Estamos diante de uma nova relação que se estabelece com o futuro: se o tempo que virá não é mais portador da esperança da qual foi alvo de apostas, patrimonializa-se o passado recente na medida em que ele garante a segurança e o conforto de um tempo que se torna refém do presente.

Dessa constatação emergem as críticas ao processo de patrimonialização que tornou a memória uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. (HUYSSSEN, 2000 p.10). “Muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias imaginadas’ e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas. (HUYSSSEN, 2000, p.18). O autor completa seu raciocínio apontando:

“Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com este objetivo. Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí então, talvez, seja hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória”. (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

É no limite e na tensão entre as relações que estabelecem a memória, a identidade cultural e o patrimônio bem como sua preservação através dos órgãos responsáveis que se pode pensar os Roteiros Nacionais de Imigração.

A patrimonialização é uma estratégia de presentificar o passado. Memória e história se misturam para ressignificar um lugar que não existe mais, mas que no entanto está impregnado de um valor simbólico que pretende conectar as pessoas ao lugar, a fim de que a memória reapresentada legitime ou seja legitimada através do processo de tombamento.

Nesse sentido, as críticas a este excesso de patrimonialização (HUYSSSEN, 2000), giram em torno da mercantilização da mesma, e se verificam através do excesso de musealização: por um lado, fornece formas de identidade a um sujeito deslocado. Essa “amnésia” do passado, fruto da sociedade da informação, se dá pelo medo do futuro. Esta discussão permite pensar em que medida os roteiros de imigração catarinenses contribuem para a criação de uma identidade étnica regional que repercute na própria forma de pensar o lugar da imigração no Brasil e as políticas de preservação patrimonial.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio Urbano de Joinville.** Florianópolis, 2008. 185 p. Dissertação de mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados.** Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em <unesdoc.unesco.org/images0012/001297/12971por.pdf>. Acesso em 20 set. 2009.

BRASIL / MINC, 2007.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória. **História social**, Campinas (SP), n.6, p.13-33, 1999.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra J.(Org.) **Fronteiras do milênio.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da cultura/IPHAN, 1995.

DECCA, Edgar Salvador de. Memória e Cidadania. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: Secretaria Municipal de cultura – DPH, 1992. p.129-135.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006.

ENDERS, Armelle. *Les Lieux de Mémoire*, dez anos depois. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p.128-137.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; LEHMKUHL, Luciene; COLLAÇO, Vera (Orgs.). **A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

GOODEY, Brian. Olha múltiplo na interpretação dos lugares. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo horizonte: Ed. Da UFMG, Território Brasília, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996. [originariamente tese de doutorado defendida na Universidade de Virgínia, EUA, em 1989.]

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2 ed. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia.** Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez. 2006.

_____. Patrimoine et présent. In: **Régimes d'historicité: présentisme et expérience du temps.** Paris: Ed. Du Seuil, 2003. P. 163-206.

HOBSBAWM, E., RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela Memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000. p.9-40.

JEUDY, Henri-Pierre. A maquinaria patrimonial. In: **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História** [PUC-SP], São Paulo, n.17, Nov.1998, p.63-201.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.p.11-29.

_____. A história cativa da memória? **Revista de Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.34, 1992.

_____. A paisagem como fato cultural. In: YÀZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudo históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.128-137, 1992.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi – Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v.1, p.51-86.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.59-72, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. Dossiê de Tombamento. Anexo III. Índices e Fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. Dossiê de Tombamento. Anexo I. Índices e Fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. Dossiê de Tombamento. Anexo II. Índices e Fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J; FERREIRA, M. **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.93-101.

SARLO, Beatriz. Tempo passado; crítica de testemunho: sujeito e experiência. In: SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e quinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VEIGA, Elaine Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. 2 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom” da memória nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem, memória e escritura**. Chapecó (SC): Argos, 2006. p. 67-90.

WEBSITES

<http://portal.unesco.org/fr/ev.php-url_id=13055&url_do=do_topic&url_section=201.html>.

<<http://www.fcc.sc.gov.br/>>

<<http://www.brasilcultura.com.br/perdidos/santa-catarina-ganha-roteiro-de-imigracao/>>

<<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=64>>

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginalInicial.do;jsessionid=D6369A8EAD3F477E7F41E5E55B2D7C91>>